

As Descontinuidades da Cidade:
Reflexões acerca do Contato Rural - Urbano no Brasil

Fernando Goulart Rocha

Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Rua Protenor Vidal, 213, Pantanal, Florianópolis, SC, CEP: 88040-320

E-mail: rocha@cfh.ufsc.br

Tel.: +51 (02148) 234-7020

As Descontinuidades da Cidade:

Reflexões acerca do Contato Rural - Urbano no Brasil.

Resumen:

Brasil se convirtió a lo largo de este siglo en un país industrializado, principalmente urbano. Desde la década de los 40, los índices de urbanización se han mantenido crecientes, debido a la implementación de nuevas tecnologías en el campo y al crecimiento industrial del territorio. Este proceso, que ocurrió en el contexto de la adopción por el estado de políticas de desarrollo objetivó principalmente, la sustitución del Brasil Rural agro-exportador, por el Brasil urbano de una expansión sectorial secundaria-terciaria. Sin embargo, por más que la urbanización se haya presentado como un fenómeno ascendente, el espacio urbano se mantiene en la mayor parte de las ciudades brasileras, como un espacio fragmentado, compuesto por territorios específicos. En el interior de las ciudades, principalmente en las áreas de franjas urbanas, actividades “rurales” permanecen en contacto con actividades “urbanas”, siendo que en estos subespacios, herencias sociales e “modos de vida” distintos configuran una particular configuración socio-territorial del espacio urbano.

Palavras – claves: urbanización, industrialización y espacio rural.

Abstract:

During XX century, Brazil became an industrialized and mainly urban country. Since 40's decade, urbanization indexes remained in ascension, related to incorporation of new technologies at rural area, as well as to industrial growing of territory. This process, occurred in the context of State's incorporation of developmental policies, aimed, mainly, substitution of Rural, agricultural -exporter Brazil, by Urban Brazil with secondary sector expansion. However, in spite of urbanization have been presented as an increasing phenomenon, urban space remained, in most of Brazilian cities, as a fragmented space, compounded by specific territorialities. Inside of cities, mainly in urban areas, “rural” activities remain in contact with “urban” activities. And in these sub-spaces, different “ways of life” and social inheritances constitute a particular social-territorial configuration of urban space.

Keywords: urbanization, industrialization and rural space.

1. A urbanização e a Industrialização recente

Não parece haver dúvidas de que o Brasil tornou-se ao longo do século XX um país industrial e, sobretudo, urbano. Entretanto, os contatos estabelecidos entre os espaços rurais e urbanos, assumiram no decorrer do tempo histórico, distintas configurações espaciais nas cidades brasileiras.

A medida em que o espaço urbano repercutia em transformações técnicas e sociais no campo, através da revolução tecnológica das práticas agrícolas e da industrialização do território, a relação entre estes espaços – o rural e o urbano –

apresentaram simultaneamente particularidades em suas funcionalidades. Assim, a relação entre estes espaços consolidou-se como um fenômeno descontínuo, especialmente em razão de suas diferenciações, que salientaram o movimento contraditório e simbiótico de suas interfaces através do fenômeno da urbanização.

Esta urbanização, que se caracterizou em promover o crescimento das cidades e modificar as estruturas pré-estabelecidas baseada na composição social e produtiva do campo, constituiu-se, sobretudo, pela implantação de políticas que a partir do Estado, atuaram no sentido de fazer do Brasil Rural um Brasil Urbano. Políticas estas que perpassavam não somente por conjunturas nacionais, como estiveram também associadas a interesses internacionais de reprodução do capital e de ampliação do mercado consumidor.

Neste sentido, o aumento progressivo das taxas de urbanização, sobretudo a partir da década de 40, onde se iniciou o processo de inversão do local de residência da população brasileira, assinalou os primeiros momentos em que a urbanização significou por consequência a implementação de políticas que interessavam tanto aos agentes privados quanto estatais neste processo. O crescimento demográfico observado a partir da década de 40, especialmente no pós-guerra, indicava os primeiros efeitos dos sucessivos aumentos das taxas de urbanização presenciados seqüencialmente àquela década.

Este crescimento, relacionado à queda dos índices de mortalidade e associados à natalidade elevada, foi contemporâneo de melhores condições de vida da população, que passou a obter, entre outras coisas, maiores facilidades de acesso a equipamentos e estruturas das cidades, assim como melhorias em saneamento, resultante da própria urbanização, como destacou Santos (1993). Sincronicamente, o Estado, a partir da década de 50, incentivou a implantação de políticas estratégicas de modernização e a

introdução de novas tecnologias e insumos agrícolas no espaço rural, contribuindo assim, para uma completa reestruturação e reorganização social e técnica do território.

A modernização agrícola e a substituição da população rural pela urbana compreendiam um dos fundamentos das teorias desenvolvimentistas que se difundiram nos governos brasileiros neste período. As teorias desenvolvimentistas dominantes, que encontraram respostas políticas favoráveis a sua consolidação, foram aquelas que, sobretudo, conduziam a afirmação de que o êxito econômico e o sentido do progresso ocorreriam em razão e por consequência da industrialização e do crescimento e expansão das cidades.

Desta forma, acreditava-se que somente através da indústria e por inferência da urbanização, poder-se-ia concretizar, com efeito, o desenvolvimento, embora antes fosse preciso desestruturar o sistema sócio-territorial vigente. A tentativa de confirmar a validade da tese segundo a qual se baseava no incentivo estatal a industrialização e urbanização através da transposição da força de trabalho rural-urbana, foram difundidas no Brasil principalmente através das cartilhas da Cepalinas.

A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), criada pela Organização da Nações Unidas (ONU) em 1948, surgiu com propósito de explicar o atraso sócio econômico dos países latino-americanos - países de periferia - em relação aos países denominados “centros”, e buscar, através de estudos e projetos, formas de superar esse atraso. A teoria de substituição das importações introduzida pela Cepal foi hegemônica na esquerda brasileira, sobretudo no final da década de 50 e no início da década de 60, como destacou Mamigonian (2000).

Segundo a teoria cepalina, para que houvesse uma efetiva industrialização, era necessário que houvesse uma transferência consistente de capitais aplicados pelo Estado na agricultura em favor da indústria. Além disso, seria primordial que ocorresse

um maior incentivo à mecanização agrícola, especialmente porque através da utilização de técnicas primitivas na agricultura, a produtividade apresentava-se reduzida e insuficiente para o fornecimento de matérias-primas para a cidade e para a indústria, gerando assim elevação nos custos industriais, como salientou Mamigonian (2000).

Além disso, a industrialização ganhava forças a medida em que praticamente a totalidade dos produtos industrializados precisavam ser importados. Como os produtos do setor secundário apresentam um maior valor de troca do que aqueles do setor primário, os valores das importações estavam sempre avante dos valores de exportação, comprometendo as contas da balança comercial brasileira.

Neste sentido, associado a “substituição das importações”, estavam os interesses na substituição da população predominantemente rural pela urbana, processo este fundamental no sentido de se desenvolver os setores secundários e terciários de forma mais efetiva no país. Por outro lado, havia a necessidade de se estimular a troca de técnicas primitivas de produção por outras mais sofisticadas, para que se pudesse liberar mão-de-obra para o desenvolvimento destes setores – secundário e terciário - até então atrofiados na cadeia produtiva.

Estas transformações, que repercutiram não somente em novas especificidades da cidade, mas, principalmente, que atuaram diretamente sobre o espaço agrário brasileiro e sua população, indicaram os indícios de uma nova relação rural-urbana no país. Mudanças estas que a partir das novas tecnologias na produção e nas relações de trabalhos não mais apresentariam as configurações que as antecederam.

Aliado a este processo, a industrialização, compreendida como assinalou Santos (1993), não em seu sentido restrito, mas pela sua significação como processo social complexo, incluiu nas décadas de 40 e 50 a formação de um mercado nacional, a expansão do consumo em formas diversas e promoveu a incorporação de

equipamentos com vista a integração do território. A industrialização passou assim, a ser concebida como o caminho mais rápido ao desenvolvimento, consolidando-se como fenômeno adjacente ao movimento da transição rural-urbana da população.

Além disso, embora se tenha afirmado que a urbanização brasileira não tenha decorrido diretamente da industrialização, pois esta não teria gerado empregos suficientes para as proporções alcançadas pelo êxodo rural, cabe-se ressaltar que a industrialização foi responsável por produzir novos nexos no território. Neste contexto, e a cidade passou a contar com estruturas até então ausentes no campo, e em busca de novas oportunidades e de condições de vida, esta acabou repercutindo de maneira significativa e conseqüente no deslocamento rural – urbana da população brasileira.

Assim, no decorrer das décadas de 40 e 50, dois processos podem ser claramente destacados como promotores da urbanização:

- a) O fenômeno inicial da introdução de insumos e novas práticas de trabalho no campo, que forneceu condições ao aumento da produção agrícola, e que ao mesmo tempo contribuiu para o deslocamento da mão-de-obra da população rural em favorecimento da cidade; e
- b) o incremento de uma política de industrialização com vistas a substituir as importações e com o intuito de fomentar a urbanização, objetivando entre outras coisas, aumentar o mercado consumidor interno e reduzir o controle externo das exportações que interessavam principalmente aos países centrais.

Durante a transição entre as décadas de 40-50, os dados revelam que em relação ao índice de urbanização, este passou de 26,35% na década de 40, para 36,16% na década de 50. No decorrer das décadas de 40 e 50, enquanto que a ascensão da taxa de urbanização foi de 9,81%, o crescimento da população urbana chegou a 72,46%, sendo que a população rural cresceu apenas 8,95%.

Comparativamente, segundo os dados, a variação da população total do país, ficou em torno de 25,69%, muito menor que o crescimento populacional urbano. Entretanto, cabe salientar, como destacou Santos (1993), que em números absolutos, este aumento ainda se apresentava numericamente inferior a população total, como apontam os dados abaixo:

Brasil: População Rural e População Urbana em Relação a População Total.

	população total	população urbana	população rural	Pop. Urbana em (%)	Pop. Rural em (%)
1940	41.326.000	10.891.000	30.435.000	26,35	73,65
1950	51.944.000	18.783.000	33.161.000	36,16	63,84

Fonte: (adaptado de Santos [1993]).

A partir da década de 60, a urbanização, em permanente vigor, passou a assumir outros vetores de impulsão. Com a subida ao poder dos militares e a abertura dos mercados e de fronteiras ao capital comercial e industrial transnacional, a teoria da substituição das importações preconizada pela Cepal deixou de ser hegemônica.

De qualquer modo, se os meios eram outros, os objetivos, compreendidos pelas metas de industrialização associados a urbanização continuavam sendo os mesmos. Por isso a industrialização, relacionada a urbanização, continuou sendo prioritária no sentido de viabilizar o crescimento econômico.

Com a entrada de capitais internacionais e a expansão das indústrias multinacionais, que passaram a concorrer com as nacionais, houve uma exigência de ser cada vez maior a mão-de-obra disponível. A garantia da consolidação de um mercado consumidor interno e das condições de oferta de força-de-trabalho, responsável pelo controle dos índices de salários, significava uma nova realidade

social, compreendida como a permanência do crescimento contínuo da população urbana.

Assim, por consequência, aumentava-se e o mercado consumidor interno e urbano, que passava a apresentar outras “necessidades de consumo” até então ausentes na condição pretérita da população rural.

A ascensão urbano-industrial brasileira nas décadas de 60 e 70 produziram suas representatividades em números. Da década de 50 para a década de 60, enquanto que o crescimento total da população brasileira ficava em torno de 35,15%, o crescimento da população urbana era de 70,13%, sendo que o índice de urbanização chegava a 46,56%.

Na década de 70, houve uma pequena inflexão nestes números, mas que manteve o movimento de crescimento urbano. Naquela década, o crescimento da população total foi de 32,7%, sendo que a população urbana cresceu 65,6% e o índice de urbanização ampliou-se para 56,8%, ou seja, 10,24% maior do que em relação a década anterior, como mostra o quadro abaixo:

Brasil: População Rural e População Urbana em Relação a População Total.

	população total	população urbana	população rural	Pop. Urbana em (%)	Pop. Rural em (%)
1950	51.944.000	18.783.000	33.161.000	36,16	63,84
1960	70.191.000	31.956.000	38.235.000	45,56	54,44
1970	93.179.000	52.905.000	40.274.000	56,8	43,2

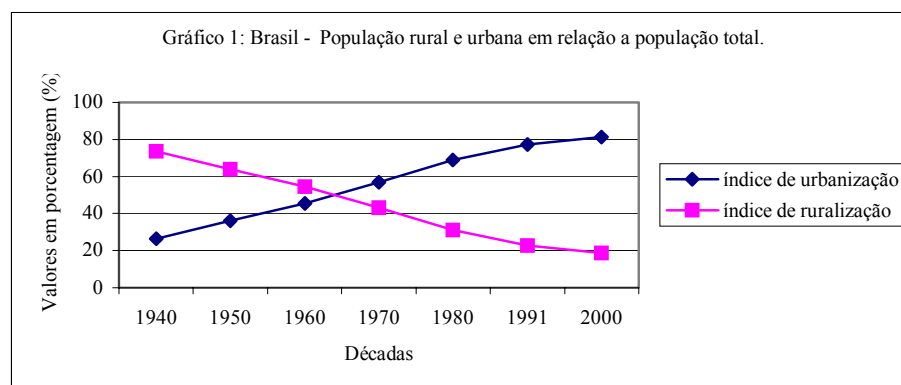
Fonte: (adaptado de Santos [1993]).

Por outro lado, o crescimento de 65,55% da população urbana no período entre as décadas de 60-70, representa valores menores de crescimento do que nos períodos anteriores. No decorrer das décadas de 40-50, este crescimento havia sido de

(72,46%), enquanto que no transcorrer das décadas de 50-60, este número chegava a (70,13%), como ressaltou Santos (1993). Neste sentido, o autor coloca que “entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que a população total do país. Nos anos 60 – 70 os números se aproximavam (Santos, 1993: 24)”. De qualquer modo, o aumento da população urbana ainda permanecia maior que o crescimento da população total, que era na década de 70 de 32,69%.

Por outro lado, no decorrer da década de 70, os dados demonstram que ocorreu neste período, a efetiva inversão populacional brasileira, onde o Brasil urbano superou numericamente o Brasil rural. Esta inversão, através da fixação da maior parte da população brasileira nas cidades, ressaltou o papel destas como espaços de reprodução do capital. Estas substituições, entre as taxas de população rural e urbana, confirmaram o movimento progressivo da urbanização que se estendia no interior do território desde a década de 50.

A elevação da taxa de urbanização, que perpassou por momentos distintos tanto política como economicamente, culminou assim na década de 70, com a transposição numérica da populações urbana pela rural. Os valores que assinalam o comportamento sistemático dessas populações ao longo das últimas décadas, revelam a importância deste período na compreensão do fenômeno exposto, como indica o gráfico a seguir:

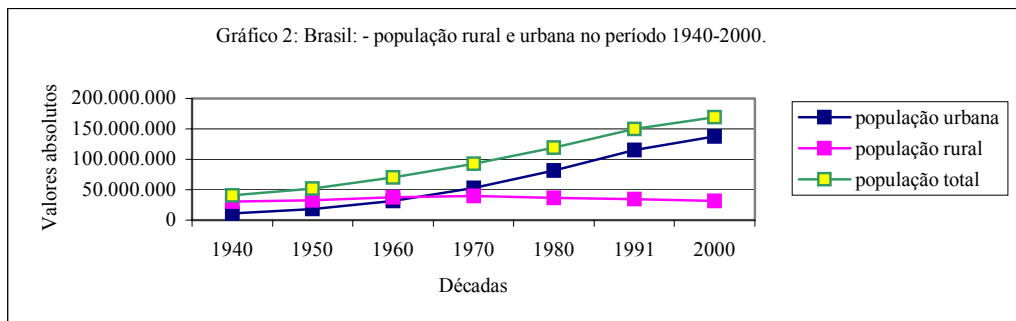


Entretanto, um processo importante a ser ressaltado a partir dos dados, é que embora percentualmente em relação a população total houvesse uma retração no índice de população rural (de 54,44% na década de 60 para 43,2% na década de 70), em números absolutos até a década de 70 esta população permaneceu em elevação. Da década de 40 para a década de 50, o crescimento da população rural correspondeu a 8,96%. Na transição entre as décadas de 50 – 60, o valor da ascensão da população rural chegou a 15,30%, enquanto que no decorrer da década de 70, este crescimento embora retraído, apresentou resultado positivo de 5,33% em relação à década anterior.

A confirmação deste fato, segundo assinalado por Santos (1993), revela o resultado da elevação das taxas de natalidade, tanto no campo quanto na cidade, e afirma a “vocação para a aglomeração”, que se estendeu ao espaço rural. Particularmente, a importância destes dados é que eles servem para “desmistificar” teses precipitadas onde havia uma tendência em se aceitar apenas que enquanto a população urbana ampliava-se, a população rural entrava indubitavelmente em declínio.

Evidentemente que não há de se refutar a imponência da expansão urbana da década de 70 e sua representatividade na urbanização brasileira. Entretanto, cabe destacar que o crescimento da população urbana nesta década, assim como havia sido

em década anteriores, seguiu um processo sincrônico com o aumento da população rural, como fica explicitado abaixo:



O gráfico mostra que o índice de urbanização apresentou-se como um processo de intensidade constante e ascendente, como ainda permanece sendo observado. Entretanto, quanto ao índice de crescimento da população rural, este se elevou até a década de 70 para então iniciar um processo de declínio.

A explicação razoável para tal comportamento talvez esteja relacionada a movimentos específicos, como o aumento do número de municípios, a expansão do perímetro urbano das cidades, e ao aumento da taxa de natalidade presenciado no decorrer deste período.

Por outro lado, os dados demonstram que na transição entre a década de 70-80, e a partir da década de 80, a diferença entre a população rural e a população urbana passou a ser cada vez mais acentuada. A ocorrência deste processo deveu-se a uma desaceleração no crescimento da população rural, associada a uma consolidação da urbanização e da representatividade da industrialização, que se mantiveram concomitantemente em ascensão.

Na década de 80, embora o crescimento da população total tenha se retraído, o índice de urbanização alcançou 68,86%, sendo 12,06% maior do que na década anterior. Na década de 90 este índice alcançou 77,13%, e em 2000, 81,24%. Por outro

lado, a população rural recuou de 43,2% na década de 70, para 31,14% na década de 80. Na década de 90 este índice decresceu para 22,87%, e em 2000 chegou a 18,76%, conforme os dados:

Brasil: População Rural e População Urbana em Relação a População Total.

	população total	população urbana	população rural	Pop. Urbana em (%)	Pop. Rural em (%)
1970	93.179.000	52.905.000	40.274.000	56,8	43,2
1980	119.099.000	82.013.000	37.086.000	68,86	31,14
1991	150.400.000	115.700.000	34.700.000	77,13	22,87
2000	169.799.170	137.953.959	31845211	81,24	18,76

Fonte: (adaptado de Santos [1993]).

Os valores expressos indicam uma tendência a urbanização, crescente desde a década de 50, como salientado anteriormente, em que ascensão da população urbana tem repercutido em novas funcionalidades do território. Com o crescimento da representatividade das cidades e suas expansões, novas dinâmicas sociais e funcionais tornam-se presentes em seu interior.

No espaço urbano, uma série de investimentos proporcionou um maior fluxo de informações, uma maior divisão social e territorial do trabalho. Neste sentido, o crescimento industrial e da complexidade da produção, acabou perfazendo uma posterior configuração espacial das estruturas e das classes que se localizam na cidade.

Por outro lado, a ascensão do índice de urbanização não tem condicionado a uma homogeneidade deste espaço. Um fenômeno característico de um grande número de cidades brasileiras é o do avanço do perímetro urbano sobre áreas rurais, sendo que concomitante a este processo, no interior das cidades resquícios de atividades e “modos de vida” rurais são preservados.

O espraiamento do espaço urbano, determinado por agentes que o produzem, redimensionam os contatos e superam as fronteiras entre este espaço e o rural. Esta configuração, definido segundo Maia (1994) como subespaços rurais, a partir do contato rural-urbano, ressaltam assim as descontinuidades da cidade.

2. Aspectos do Contato Campo – Cidade no Contexto da Urbanização Brasileira:

A Expansão Urbana e os Subespaços Rurais.

A consolidação do processo de urbanização brasileira, tal como visto anteriormente, caracterizou-se, sobretudo, em promover a cidade como local de residência e de emprego de mão-de-obra da maior parte da população. Assim, a industrialização e a urbanização foram paulatinamente concebidas como sinônimo do progresso e do desenvolvimento.

Por outro lado, o espaço rural foi cada vez mais compreendido como espaço relacionado ao atraso. Este atraso, não apenas em razão da representatividade de sua produção, mas, sobretudo, pelas dinâmicas sócio-econômicas pouco expressivas do campo, que significavam segundo alguns, as reais mazelas do subdesenvolvimento do país, como salientou Lonh (1999).

Neste sentido, a medida em que o espaço urbano-industrial se expandia, houve sempre uma tendência generalizante em se colocar em segundo plano as atividades e a realidade presente no campo. O espaço rural, embora extremamente necessário ao crescimento econômico, permaneceu, porém, e em certa medida ainda permanece, marginalizado quanto às políticas estatais de crescimento.

A cidade, ao contrário, assumiu através da urbanização uma “inevitável” influencia sobre o campo e sobre a produção, do mesmo modo em que o Brasil

moderno esteve associado de alguma forma a superação do Brasil rural pelo Brasil urbano. Isto explica talvez, as causas do pensamento de desenvolvimento regional brasileiro permanecer relacionado a representatividade das cidades, de sua criação e expansão, assim como da organização espacial destas em função da sua aglomeração futura.

Entretanto, a compreensão do território da cidade como um espaço homogêneo, tem sugerido, entre outras coisas, a ocultação das particularidades dos subespaços que o compõe. Estes subespaços, distantes de se constituírem com áreas fixamente delimitadas, configuram-se como áreas de sobreposição temporal, em constante construção e reconstrução da paisagem urbana.

Por isso a necessidade e as preocupações cada vez mais proeminentes de se analisar o contato rural-urbano no contexto da urbanização do campo, ao mesmo tempo em que áreas rurais permanecem presentes na cidade. Neste sentido, a medida em que o espaço urbano avança sobre as áreas rurais, a cidade modifica-se e assume novas especificidades, tanto de ordem social como territorial.

Além disso, a cidade torna-se, a partir deste contato com os espaços rurais, um espaço onde se ampliam seus graus de complexidade, e exigem assim, por parte do Estado, a instauração de políticas públicas que organizem de forma mais eficiente e, sobretudo, de maior abrangência, as territorialidades presentes no espaço urbano. Torna-se evidente, entretanto, que esta organização nem sempre ocorre, ou pelo menos, não ocorre de forma completa.

O pressuposto de que vigora na cidade uma urbanização integral e homogênea, constitui-se uma análise generalizante do espaço urbano, sobretudo porque a própria organização intra-urbana não caminha a corroborar esta tese. A cidade se revela

principalmente através de suas estruturas disformes, sejam pelas atividades exercidas, sejam pelos usos feitos do solo em seu interior.

Há entre o espaço rural e urbano, uma relação dialética e simultânea de descontinuidades territoriais, que embora individualizados socialmente, podem ser componentes de um mesmo conjunto espacial. Neste sentido, as relações entre estes dois espaços são assim imediatas, sobretudo na atualidade onde “as regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades, e as regiões urbanas contém atividades rurais (SANTOS, 1993:65)”.

Deste modo, os vetores sobrepostos pela urbanização, que no território brasileiro tem se caracterizado como um fenômeno ascendente não tem sugerido uma totalidade de modo de vida urbano. Assim, as abordagens e os conteúdos generalizantes do espaço urbano, poderão conduzir ao risco de desconsiderar as especificidades e a lógica do funcionamento da cidade, levando por vezes considerá-la como local onde predomina uma uniformidade.

Esta uniformização tem conduzido a uma compreensão de “vivência urbana” em que se admite a inserção integral da população da cidade a atividades e costumes urbanos. Entretanto, estas abordagens, tornam-se insuficientes a medida em que o espaço urbano se apresenta fragmentado tanto pelo efeito da hierarquização das classes sociais quanto pela utilização do território.

Assim, pensar a cidade sob este prisma, tem confirmado o estabelecimento de uma uniformização urbana que condiciona a uma percepção simplista do espaço urbano, sem que haja um maior aprofundamento das particularidades deste espaço. Em decorrência deste processo, o Estado e seu planejamento atuam a satisfazer as necessidades sob a ótica da homogeneidade da população da cidade, nem sempre da

maioria, mas daqueles que institucionalizam o poder, dos que controlam os meios de produção e dos que detém o capital fundiário.

Os subespaços rurais presentes na cidade por meio do contato rural – urbano, evidenciam a face do planejamento que propõe através da expansão do perímetro urbano, a cobrança de maiores impostos sobre propriedades, que se tornam urbanas administrativamente, embora na prática a ruralidade ainda represente com maior rigor as características do espaço. Através da ampliação do perímetro urbano municipal e da transferência em teoria de áreas rurais em urbanas, tem-se como significado prático, a incidência direta sobre os proprietários de terras a substituição de alíquotas de impostos, haja vista que estes passam a pagar imposto territorial urbano (IPTU), de alçada municipal, substituindo o Imposto Territorial Rural (ITR), de ordem federal.

Para o poder público local, esta transposição torna-se lucrativa porque converge em um aumento considerável sobre a receita a partir do aumento no número de propriedades urbanas onde se aplica a requisição do tributo, significando maiores retornos financeiros ao domínio administrativo municipal. Paralelamente, este evento favorece a especulação dos agentes promotores do espaço urbano, sobretudo aos especuladores imobiliários e fundiários, que dispõem de novas fronteiras para atuação e para obtenção de vantagens, incentivados pela ação “liberalizante” do Estado.

Por outro lado, como consequência da expansão do perímetro urbano, ocorre a constituição de “anomalias” que tornam nebulosas a compreensão da cidade e de sua especificidade. As indagações dos limites entre o urbano e o rural, tornam-se através do perímetro urbano deficientes, sobretudo, por este representar uma setorização física que não corresponde na maioria das vezes, a realidade descontínua destes espaços.

Um exemplo deste evento ocorre na distinção entre a população urbana e a rural utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois justamente o

limite do perímetro urbano municipal corresponde a totalidade da população urbana municipal. Deste modo, nem sempre os dados numéricos e a diferença entre estas populações acabam representando a realidade demográfica e conseqüentemente sócio-territorial do município, da mesma forma em que o perímetro urbano não se estabelece definitivamente como limite consistente entre estas duas áreas, como colocou Rosa (2002).

Em certa medida, este processo pode ser utilizado para explicar o porquê da crescente urbanização brasileira, onde no espaço intra-urbano das cidades o perímetro urbano tem se expandido continuamente. Neste contexto, este fenômeno explica também o fato de não se observar nas cidades, mesmo naquelas em que apresentam um declínio populacional total ou que efetivamente tenham reestruturado seus planos de gerenciamento municipal uma retração da área urbana.

Ocorre que na maioria das vezes, evidencia-se uma ampliação continuada, não pelo resultado da expansão da cidade, mas porque associadas as idéias de urbanização atrelada ao crescimento local. O alastramento da malha urbana reflete para alguns grupos, especialmente para os gestores das cidades, o seu grau de dinamismo econômico.

Neste sentido, as relações do espaço rural com o espaço urbano tornam-se cada vez mais próximas e salientes, não apenas pela expansão conseqüente da cidade onde esta se torna “invasora” do campo, como pelas políticas públicas que atuam no sentido de conceber indiferenciadamente estas populações. Desta forma, a população rural constitui ilhas de ruralidade na cidade, como destacou Lefébvre (1995), onde através do contato rural-urbano as atividades agrícolas interagem de maneira contraditória aos sistemas estruturais da cidade.

Estas discontinuidades, entretanto, não representam uma impossibilidade irrestrita do pensamento urbano, mas ao contrário, salientam um movimento de convergência e ressalta a necessidade de uma compreensão mais abrangente e menos fragmentada do espaço urbano. Deste modo a urbanização brasileira tem demonstrado suas particularidades por se apresentar como um fenômeno desigual e composto por territorialidades distintas, neste sentido, sua análise tem remetido ao entendimento de questões mais amplas para um maior entendimento deste processo, dos quais o contato campo-cidade tem se apresentado como importante elemento de pesquisa.

Referências:

LEFÉBVRE, Henri.(1991), O Direito à Cidade, Ed. Moraes, São Paulo. 145p.

MAIA, Doralice S. (1994), “O Campo na Cidade: Necessidade e Desejo”, Dissertação [Mestrado em Geografia], UFSC, Florianópolis. 207p.

MAMIGONIAN, Armen. (2000), Teorias sobre a Industrialização Brasileira, Ed. UFSC, Florianópolis, 49p.

ROSA, Rodrigo. (2002), “O Brasil Rural Que Não Está no Mapa”, Jornal do Brasil – Seção Economia (17/03), 1p.

SANTOS, Milton. (1993), A Urbanização Brasileira, Ed. Hucitec, São Paulo, 157p.